



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI ORDINÁRIA Nº 1.280/2008

Autoriza o Poder Executivo Municipal fazer transferência de recursos públicos para o Consep, entidade sem fins lucrativos, de proteção à sociedade, com estímulo à segurança pública, em forma de subvenção, para manutenção do destacamento da PM, no Distrito do Prata e dá outras providências.

O povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais da CÂMARA MUNICIPAL, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a efetuar transferência de recursos públicos, em forma de subvenção, para o CONSEP-CONSELHO COMUNITÁRIO DA PAZ LAJINHENSE, estabelecido provisoriamente, à Praça Dr. Adalmário José dos Santos, 25, centro, em Lajinha-MG, inscrito no CNPJ sob o nº 05-595-063/0001-51, entidade sem fins lucrativos de estímulo à segurança pública, no valor de R\$6.000,00 – (SEIS MIL REAIS).

§ 1º - O valor da subvenção a que se refere o caput deste art. será liberado, em 04 (quatro) parcelas mensais de R\$1.500,00 (UM MIL E QUINHENTOS REAIS), a partir de 30/09/08, ao presidente do conselho aqui referido.

§ 2º - O valor da presente subvenção destina-se exclusivamente, a possibilitar a instalação do destacamento da PM, no Distrito do Prata, com a manutenção de suas despesas de operacionalização, inclusive de aluguéis dos que para ali forem destacados.-

Art. 2º - O Poder Executivo, para atendimento da transferência de recursos a que se refere o artigo primeiro desta lei, fica autorizado a incluir a sua despesa à conta de dotação orçamentária específica, integrante do orçamento programa do exercício de 2.008, com a classificação nº 02.11.08.244.065.2132.335043-570, podendo suplementá-la até o limite necessário.

Art. 3º - A entidade subvencionada terá o prazo de 60 dias, a partir do recebimento da última parcela deste recurso, para prestação de contas, com documentação idônea e em forma contábil, de sua efetiva aplicação no objetivo determinado por esta lei sob pena de, não a fazendo neste prazo, ficar obrigada à sua devolução, com seus acréscimos legais, aos cofres públicos Municipais.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE AGOSTO
DO ANO DOIS MIL E OITO. (28-08-2008)



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Ver. PAULO CÉSAR DE OLVEIRA
Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 1º/09/2008, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes
At. Legislativo